



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO DEZ**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE. -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Ponto Um) – Apreciação e votação da Acta da Reunião de vinte e quatro de Abril de dois mil e sete. -----**

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

----- **Ponto Três Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

**Ponto Três Dois) – Apreciação e Votação da 3ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2007. ----- Ponto**

**Três Três) – Apreciação e Aprovação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do Ano de 2006. ----- Ponto Três**

**Quatro) – Outros Assuntos de Interesse para o Município Município. -----**

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu a Sessão ordinária dando de seguida a palavra à senhora secretária da mesa para verificar as presenças dos elementos constituintes da Assembleia. Procedeu-se à chamada verificando-se que estavam presentes os seguintes deputados municipais: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Mar-

tins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Nuno dos Santos Penascas Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Victor Manuel Fonseca Pires, Alcino Lopes Luís, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro O Sr. Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os senhores vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, Licínio Ramos Martins, José de Jesus Cepeda Prada. ---

----- Pela Senhora Secretária da mesa foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão até à data presente. ----- **Ponto Um) – Aprovação e votação da acta da reunião ordinária de vinte e quatro de Abril de dois mil e sete.** ----- Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta, e não tendo havido intervenções acerca da mesma, colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** ----- Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes que, a propósito da ligação Vimioso/outeiro, e uma vez que a questão do “rato” estava ultrapassada, questionou se os morcegos já autorizavam a emissão de parecer favorável a nível de impacte ambiental, a fim de se poder avançar para a fase do projecto. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre qual a verdadeira situação do Sr. vereador António Oliveira pois que muito se comentava acerca da sua não continuidade como vereador. Finalmente felicitou e deu as boas vindas ao Sr. Vereador Licínio Martins. -----

- No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Victor Pires felicitou o Sr. Vereador Licínio Martins e agradeceu o facto de as máquinas terem efectuado trabalhos de arranjo de caminhos na sua freguesia.-----

Dada a palavra ao Sr. deputado Aníbal do Rosário este, remetendo para a última acta da Assembleia na qual o Sr. Presidente da Câmara informava que no final de Abril do ano corrente estariam concluídos os estudos de impacte ambiental relativos à ligação Vimioso-Outeiro, segundo os esclarecimentos do Sr. Primeiro Ministro, questionou em que situação se encontrava o processo. ---

----- Para responder às questões das anteriores intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à ligação Vimioso-Outeiro referiu que a questão do “*Rato de Cabrera*” estava ultrapassada mas que, entretanto a existência duma colónia de morcegos obrigava a novos estudos que estavam a decorrer e que a curto prazo estariam concluídos. Informou que após a conclusão do estudo de impacte ambiental o processo seria remetido à Estradas de Portugal a qual o enviaria ao Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade para emissão de parecer, regressando novamente à Estradas de Portugal que por sua vez o enviaria à empresa TYPESA para efectuar o projecto. Disse tratar-se de um processo muito burocrático, donde, solicitou a colaboração de todos no sentido de se ajudar a solucionar o problema. Concluiu dizendo que tudo tem feito para que o processo não fique esquecido o mesmo é dizer para que o projecto e a execução da ligação Vimioso/Outeiro seja feito o mais rápido possível. -----

----- Relativamente à situação do Sr. Eng. Oliveira informou que este havia suspenso o mandato e que, no final da suspensão retomaria as funções de Vereador. Mostrou-se satisfeito pelo facto do Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Sr. Vítor Pires ter ficado contente com o serviço efectuado pelas máquinas na sua freguesia, sublinhando que, tal como em todas as freguesias, também em Angueira tem havido investimentos. -----

----- Para um segundo período de intervenção foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Referiu-se ao facto, e solicitou esclarecimentos de, no Plano de Ordenamento Florestal, na zona que compreende as freguesias de Angueira, Vale de Frades (Serapicos e S. Joânico) não ter sido considerada para efeitos de candidatura e portanto financiamento, a plantação de pinhal. Disse tratar-se de uma medida lesiva para essas aldeias uma vez que a floresta em geral e o pinhal em particular constituem uma fonte de rendimento considerável existindo ainda muitas zonas possíveis de serem florestadas. ----- O

Sr. deputado Manuel Oliveira, no uso da palavra, louvou a rapidez e eficiência com que a Câmara Municipal respondeu aos problemas por ele levantados na última reunião, relativos à freguesia de Argoselo. Questionou ainda se das Moções relativas à exigência da manutenção da G.N.R. em Argoselo já existiam respostas das entidades para quem se enviou. ----- A esta última questão respondeu o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que informou que o Sr. Presidente da República e Sr. Primeiro Ministro já acusaram a recepção das referidas Moções. ----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este, relativamente ao Plano de Ordenamento Florestal informou não ter conhecimento das observações levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, que iria colocar a questão ao Técnico Florestal da Câmara Municipal e que depois, daria todos os esclarecimentos. Ao Sr. deputado Manuel Oliveira disse que a obrigação da Câmara Municipal era justamente resolver os problemas que surgem donde não tinha o Sr. deputado de agradecer. ----- A propósito da questão da Floresta e regras de florestação interveio o Sr. deputado Vítor Paiva referindo que várias revistas portuguesas e espanholas se referiam à região compreendida entre o Parque do Douro Internacional e a Puebla de Sanábria (integrando, portanto o concelho de Vimioso) como sendo o grande Pulmão da Península Ibérica. Considerou que sendo este território responsável pela produção de tanto oxigénio, os subsídios atribuídos aos produtores eram além de merecidos muito justos, donde era lamentável que os senhores de Lisboa quisessem colocar restrições à atribuição de ajudas sem as quais os nossos agricultores não conseguiriam sobreviver. Considerou que o concelho e os seus agricultores produzem e contribuem para o melhor ambiente e que da parte dos governantes se mantém uma atitude de ostracismo. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. --**

----- **Ponto Três um) – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

----- Uma vez que os senhores membros da Assembleia estavam, antecipadamente, na posse dessa informação, o Sr. Presidente da Assembleia abriu um período para eventuais intervenções/ pedido de esclarecimentos. Não se registou qualquer intervenção. -----

----- **Ponto Três Dois) – Apreciação e Votação da 3ª. Revi-**

**são do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de dois mil e sete.** -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente que apresentou este ponto informando que, na sequência do novo regime de Arrendamento Urbano foi necessário efectuar-se uma Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa a fim de poder dar resposta legal a eventuais pedidos no âmbito de processos em que a Câmara Municipal tenha de pronunciar-se. -----

----- Não tendo havido intervenção o Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Três Três) – Apreciação e Votação da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício do ano de dois mil e seis.** -----

----- Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Este referiu tratar-se de um documento de índole técnica no âmbito do POCAL. Esclareceu que o Resultado Líquido do Exercício a que se refere o documento/informação em causa, e que é positivo, é incluído na vertente da contabilidade patrimonial (Classe Oito). Sublinhou que não se trata de disponibilidades financeiras. Concluiu dizendo que a informação do Chefe de Divisão Financeira, e na posse dos senhores deputados, na parte final, explica, sucintamente, o procedimento o qual foi aprovado em sede de reunião de Câmara.-----

----- Porque não houve pedidos de esclarecimento, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado o ponto em questão à votação. Foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**----- Ponto Três Quatro) – Outros assuntos de interesse para o Município.**-----

-----Aberto o período de intervenção, no uso da palavra o Sr. deputado Vítor Paiva mostrou a sua discordância face à nova Lei das Finanças Locais considerando que é altamente gravosa para o trabalho e acção do Poder Local. Referiu que quando se deveria legislar no sentido de reforçar o poder local tornando-o mais livre e independente, a nova Lei das Finanças Locais ia exactamente no sentido contrário, tornando as Câmaras Municipais dependentes do Poder Central num claro recuo à intolerável política do “ beija mão”. Considerou que esta lei se integra num vasto conjunto de políticas erradas, com consequências dramáticas no plano económico e social, levadas a cabo pelo actual Governo. Concluiu

dizendo que ao actual Governo muitas mais críticas havia a fazer mas que ele próprio entraria no período de tréguas correspondente à Presidência da União Europeia por Portugal. ----- O Sr. deputado António Frias na sequência da intervenção do Sr. deputado Vítor Paiva, recordou que em democracia apesar das críticas que se possam fazer, a verdade é que existem Leis Gerais do Estado às quais todos devemos obedecer, sublinhando que, no caso concreto da Lei das Finanças Locais, as autarquias têm de adaptar-se a ela e aplicá-la. ----- Respondeu o Sr. deputado Vítor Paiva dizendo que na verdade existem leis gerais as quais devem ser aplicadas por todos, contudo quando essas leis são prejudiciais e “mexem no nosso bolso” é mais que natural que haja atitudes de indignação e crítica. -----

----- Na sua intervenção, o Sr. deputado José Luís Rodrigues mostrou-se preocupado com a qualidade da água em geral e com a do furo de Angueira em particular. Referiu que o controle da água é um problema de saúde pública e, porque se mantêm hábitos culturais como o de ir à água ao fontanário, sugeriu que fosse analisada a água dos fontanários mais procurados, e se colocasse nos mesmos a informação de água própria/não própria ou água vigiada. Reconheceu que não era razoável proceder a análises físicas e químicas com regularidades nesses fontanários, mas que deveria ser feita alguma vigilância. -----

----- Interveio o Sr. deputado António Frias sugerindo que, no Bairro do Navarro, em Vimioso, em função da pouca visibilidade e do facto de existir algum tráfego, fosse colocado um espelho, prevenindo futuros acidentes designadamente com crianças. -----

----- Para responder a estas intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente às questões da água levantadas pelo Sr. deputado José Luís Rodrigues respondeu que a Câmara Municipal tem exigido da AGS, empresa responsável pelo tratamento e abastecimento da água no concelho, o cumprimento da lei. Referiu que sempre que surgem problemas há a preocupação de os resolver no imediato. A propósito de Angueira informou que provavelmente terá de ser feito um novo furo pois que a quantidade e qualidade da água do actual furo indicam essa necessidade. Quanto à sugestão apontado pelo Sr. deputado António Frias, relativa ao trânsito referiu que a questão seria comunicada aos técnicos da Câmara. -----

Iniciou-se um novo período de intervenção. No uso da palavra o Sr. deputado Vítor Paiva, concordou com as preocupações relativas à água dos fontanários, levantadas pelo Sr. deputado José Luís. Referiu que em Avelanoso existia uma das melhores águas mas que hoje recomendava a prudência, não a consumir. -

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires a propósito da água, referiu que das análises feitas à água de consumo humano em Caçarelhos, se registam irregularidades. Solicitou que, tal como é notificada a Junta de Freguesia dos momentos em que a água apresenta problemas, o mesmo deveria ser feito aquando do retomar da normalidade a fim de ser informada a população. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira o qual informou de que na sua freguesia existem boas condições para a construção de Albufeiras para retenção de água para abastecimento às populações. -----

----- Respondeu o Sr. Vice-Presidente informando que essa possibilidade já fora estudada na época em que era Presidente da Assembleia o Sr. Eng. Vaz Pinto e que tais estudos mostraram não ser muito viável essa solução. -----

----- A este propósito o Sr. deputado José Luís Rodrigues esclareceu que a construção de albufeiras na zona de Angueira era possível mas que se colocava o problema da análise das nascentes. -----

----- O Sr. deputado António Frias no contexto do controle e análise da água das nascentes referiu que as autoridades deveriam ser mais fiscalizadoras a este respeito. Exemplificou com o caso da nascente de Fonfria que sempre apresentou água de grande qualidade, mas que, após a instalação de porcos num estábulo nas imediações do referido nascente, as análises então efectuadas indicavam a existência de coliformes. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina que, tendo-se iniciado a época dos incêndios informou que, em Avelanoso existe uma açude no ribeiro das vinhas que, apesar de ser propriedade privada, o proprietário autoriza operações de limpeza, ficando dessa forma disponível para ser mais um ponto de água onde helicópteros poderão vir a abastecer-se. Disse ter-se dirigido ao Gabinete Técnico Florestal mas que o Engenheiro Gonçalo, na ocasião, se encontrava numa reunião em Vila Real. -----

----- Acerca desta questão interveio o Sr. Vice-

Presidente. Informou que existe no concelho uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios e que, em sede da mesma fora aprovado o Plano de Defesa da Floresta o qual mereceu igualmente a aprovação por parte da Direcção Geral das Florestas. Referiu-se à acção do Gabinete Técnico Florestal sublinhando as acções de sensibilização levadas a cabo pelo mesmo em parceria com o SEPNA - Serviço de Protecção Natureza e Ambiente (G.N.R.). Referiu que o Plano Concelhio apesar de aprovado não é um documento fechado, pelo contrário, pode e deve ser actualizado designadamente sempre que sejam disponibilizados novos pontos de água. Agradeceu pois a informação deixada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, dizendo que a mesma seria transmitida ao Técnico Florestal para avaliação. -----

**PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** ----- Não se registaram intervenções.

----- Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_